

RELATÓRIO DE GESTÃO
REFERENTE AO ANO DE 2016

ABRIL 2017

ÍNDICE

	Página
1. INTRODUÇÃO	3
2. SÍNTESE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	6
3. RELATÓRIO E CONTAS	14
3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	14
3.2. CONTA DE GERÊNCIA	23
3.3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	24
3.3.1. CONTA DE RESULTADOS	24
3.3.2. BALANÇO	26
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório procede à síntese dos elementos contabilísticos referentes ao ano de 2016, apresentando igualmente um resumo das atividades desenvolvidas. No plano financeiro concede-se primazia à abordagem dos aspetos relacionados com a execução orçamental, com a conta de gerência, com a demonstração de resultados e com o balanço.

Durante o período em apreço, os órgãos sociais da ESHTe registaram a seguinte composição:

Conselho Geral Presidente	Carlos Manuel Lavrador de Jesus Carreiras
Presidente	Raúl Manuel das Roucas Filipe
Vice-Presidente	José Sancho de Sousa e Silva
Administrador	Vítor Manuel Pereira de Andrade
Conselho de Gestão	
Presidente	Raul Manuel das Roucas Filipe
Vogal	José Sancho de Sousa e Silva
Vogal	Vítor Manuel Pereira de Andrade
Vogal	António Manuel Henrique Fernandes
Vogal	Carlos Manuel Torres
Conselho Técnico-Científico Presidente	Jorge Manuel Rodrigues Umbelino
Conselho Pedagógico Presidente	João António Reis

Por outro lado, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas “*António Borges & Associados, SROC*”, com inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 69, pessoa coletiva n.º 502287934, com sede profissional na Rua Prof. Fernando da Fonseca, n.º 10 A, Esc. 6, 1600-618 Lisboa, manteve-se como fiscal único da ESHTe, na sequência do Despacho n.º 9329/2014 dos Ministérios das Finanças e Educação e Ciência, publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 137 — 18 de julho de 2014.

Importa relevar, desde já, a consolidação em 2016 dos resultados económico-financeiros da Escola. Em 31.12.2013, a ESHTe transitou resultados transitados líquidos negativos que se cifravam nos - 900, 6 mil Euros. Em 31.12.2014, este valor desceu para - 348,3 mil Euros e no final do ano de 2015, a recuperação foi totalmente alcançada, com os resultados líquidos do

exercício a atingirem 1167,3 mil Euros. Em 2016, o resultado líquido do exercício foi de 575,9 mil Euros, com os resultados transitados a fixarem-se em 819,3 milhares de Euros.

Assinale-se que, pela segunda vez desde que existe contabilidade organizada na ESHTe em conformidade com o POC – Educação, a Escola passou a evidenciar fundos próprios positivos (1723,9 mil Euros em 2016 e 1148,1 mil Euros em 2015). Como já foi demonstrado em sede do Conselho Geral, a ESHTe assumia-se até 2014, como um dos poucos Politécnicos com fundos próprios negativos, já que possuía resultados transitados negativos e não dispunha de património próprio significativo ao nível de instalações.

Observa-se assim que as medidas tomadas pela Presidência e pelo Conselho de Gestão da ESHTe no sentido de garantir a consolidação das receitas próprias da instituição e um maior controlo sobre as despesas da instituição, resultaram em absoluto sem prejudicar o desempenho da ESHTe ao nível da sua atividade corrente.

Com efeito, não foram alheios a estes resultados, a introdução de mecanismos de rigor e de equilíbrio nas contas da instituição, a par com o reforço da utilização de instrumentos adequados ao nível dos sistemas administrativo, financeiro e documental. Por outro lado, os resultados alcançados têm permitido o financiamento de um conjunto de investimentos estruturantes em áreas relacionadas sobretudo com a informática, com o apoio à investigação dos docentes e com as melhorias introduzidas nas salas de aulas e nas áreas técnicas, além de viabilizarem a canalização de verbas para as obras urgentes a realizar no Campus do Estoril em 2017, conforme o acordo estabelecido nesse sentido com o Turismo de Portugal.

Prosseguiu-se, em 2016, o esforço significativo para dar cumprimento às recomendações formuladas pela IGEC, TC e Fiscal Único, nomeadamente, as relacionadas com a utilização e controlo das verbas do Fundo de Maneio, a utilização do Catálogo Nacional de Compras Públicas (CNCP) para o desencadeamento dos procedimentos de aquisições de bens e serviços, a explicitação no processo documental de cada componente cabimentada, o cumprimento das normas de aquisição do sector público para as compras de matérias-primas, a melhoria no acompanhamento da execução de protocolos com terceiros e a monitorização mais documentada da execução orçamental em cada período.

Paralelamente, a Presidência e o Conselho de Gestão da ESHTe desenvolveram todos os esforços para garantir os níveis desejáveis de equilíbrio orçamental, na linha do controlo implementado a

partir do último trimestre de 2013. Do ponto de vista orçamental e financeiro verificou-se que a gestão decorreu em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos e com grande preocupação pelo cumprimento das normas em vigor e com um rigoroso controlo interno na utilização adequada dos recursos financeiros existentes.

A incidência destes aspetos, o acompanhamento atento de todos os procedimentos e processos por parte da Divisão dos Serviços Financeiros e Administrativos da ESHTe e a base de diálogo estabelecida com a empresa responsável pela contabilidade, com o Fiscal Único, com a Direção-Geral do Orçamento e com a Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira do Ministério da Educação e Ciência, foram fatores determinantes que contribuíram fortemente para os resultados positivos observados em 2016.

Por outro lado, a monitorização da execução orçamental continuou a ser objeto de uma monitorização cuidada por parte do Conselho de Gestão, bem como o controlo regular da evolução dos dados contabilísticos. Foram elaborados e divulgados no *site* da Escola, os 4 relatórios trimestrais de execução orçamental.

Como apontamento adicional, refira-se que ao nível das ferramentas de trabalho utilizadas nos serviços da ESHTe, consolidou-se o sistema de contabilidade assente no produto informático ERP Primavera Public Sector, decorrendo também a preparação da evolução para o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, com entrada em vigor em 2018.

2. SÍNTESE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

À semelhança do procedimento adotado em anos anteriores, procede-se seguidamente a uma súmula das atividades desenvolvidas, reproduzindo-se um excerto do Relatório de Atividades de 2016, o qual constitui uma peça autónoma, tal como preconiza a legislação sobre esta matéria.

O cruzamento dos estatutos da ESHTe com as orientações predominantes do PEMP (Plano Estratégico de Médio Prazo 2014/17) evidencia que a ESHTe possui as suas linhas de intervenção devidamente demarcadas, quer no plano geral da sua atividade, quer no prisma operacional dos programas e ações a realizar.

Por outro lado, a avaliação do grau de execução das várias atividades e ações previstas para 2016 não dispensa que, numa fase prévia, se recuperem os objetivos estratégicos definidos no PEMP, os quais se materializam em torno de sete eixos fundamentais de intervenção:

- Estabilização do posicionamento institucional da ESHTe no quadro do ensino superior público;
- Resolução dos constrangimentos relacionados com o Campus escolar e as instalações;
- Estabilização dos mecanismos tendentes a garantir a sustentabilidade económico-financeira da instituição;
- Modernização e extensão dos cursos e programas;
- Valorização do corpo docente e dos funcionários não docentes;
- Desenvolvimento da investigação fundamental e aplicada;
- Reforço da internacionalização.

Por outro lado, estes vetores determinantes deram lugar à desagregação por 14 Programas agrupados em torno de duas dimensões complementares, conforme ilustra o Quadro 1, reproduzido na página seguinte. A primeira dimensão surge dirigida os aspetos estratégicos de âmbito transversal e integrado (que comporta sete Programas), enquanto que a segunda se orienta para a dimensão operacional e identitária da Escola, reunindo outros 7 Programas focalizados nas intervenções em áreas críticas do funcionamento da ESHTe.

Quadro 1

Eixos estratégicos - Programas

<p>Dimensão estratégica transversal e integrada</p> <p>Objetivo: Consolidação da ESHTe no contexto do ensino superior do turismo em Portugal e evolução para uma escola de referência internacional.</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Programa 1 - Posicionamento institucional no quadro do ensino superior público;✓ Programa 2 - Campus escolar e instalações;✓ Programa 3 - Sustentabilidade económico-financeira;✓ Programa 4 – Modernização, qualificação e extensão dos cursos e programas;✓ Programa 5 - Qualificação do corpo docente;✓ Programa 6 - Desenvolvimento da investigação fundamental e aplicada;✓ Programa 7 - Internacionalização.
<p>Dimensão operacional e identitária da Escola</p> <p>Objetivo: Integração dos vetores subjacentes às intervenções em áreas críticas do funcionamento da instituição.</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Programa 8 - Dimensão institucional;✓ Programa 9 - Ensino e organização académica;✓ Programa 10 - Serviços e funcionários não docentes;✓ Programa 11 - Alunos;✓ Programa 12 - Comunicação e imagem;✓ Programa 13 - Comunidade interna e externa;✓ Programa 14 - Solidariedade e responsabilidade social e ambiental.

Fonte: Produção própria

A análise agregada dos níveis de concretização das ações pode ser facilitada através da leitura do Quadro 2, inserto seguidamente, onde se compara o desempenho de 2016 com o analisado nos três anos anteriores.

Quadro 2

Grau de execução das ações previstas no Plano de Atividades para 2016

	2016		2015		2014		2013	
	N.º ações	% Total	N.º ações	% Total	N.º ações	% Total	N.º ações	% Total
Ações abandonadas	-	-	-	-	-	-	1	1,7
Ações com desvios muito significativos	7	7,2	7	7,4	3	5,8	9	15,8
Ações com desvios significativos	11	11,4	13	13,7	7	13,5	12	21,1
Ações com desvios menores	17	17,5	23	24,2	14	26,9	9	15,8
Ações sem desvios	62	63,9	52	54,7	28	53,8	26	45,6
Total	97	100,0	95	100,0	52	100,0	57	100,0

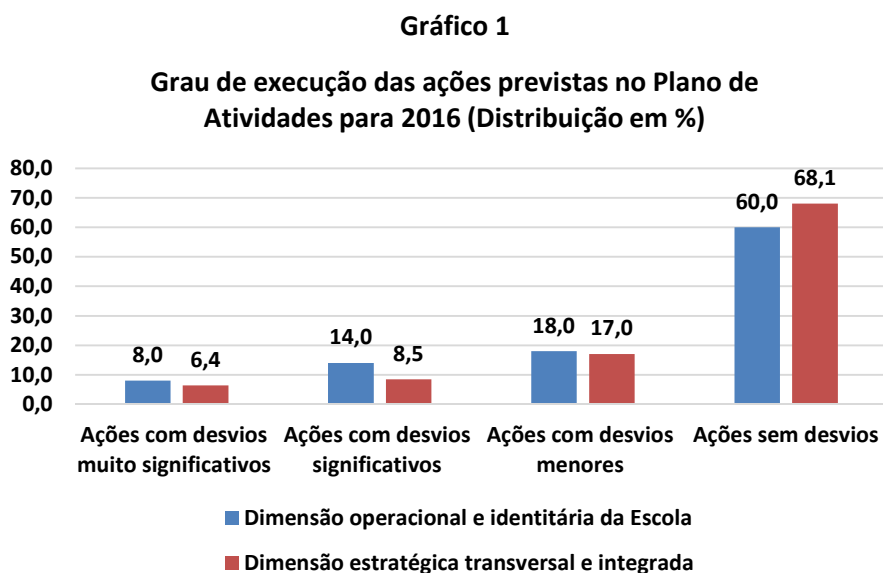
Fonte: Produção própria

Conforme se pode inferir, 63,9% das ações que integravam o Plano de Atividades de 2016 registaram uma concretização plena, ao passo que 17,5% evidenciaram desvios pouco significativos em relação ao programado. Assinale-se que estas incidências superaram em

conjunto (81,4%) os resultados homólogos detetados no triénio anterior, o que deve ser entendido como um indicador de desempenho crescentemente favorável.

Por outro lado, como mostra o Gráfico 1, abaixo inserido, as ações que integram a dimensão estratégica transversal e integrada revelaram, em 2016, um grau de execução mais favorável do que o apurado para as ações que constam da dimensão operacional e identitária da Escola.

Contudo, será em 2017, quando se proceder à aferição na perspetiva do horizonte temporal do PEMP, que será possível retirar ilações definitivas sobre o desempenho da Escola face aos objetivos definidos para o horizonte 2014/17. Todavia, as apreciações parciais, efetuadas em cada ano intermédio, indicam que será possível obter resultados favoráveis para o conjunto das 86 ações que terão o seu epílogo no final de 2017.



Fonte: Produção própria

Passando ao confronto entre o programado e o executado em 2016, construíram-se os Quadros 3 e 4, os quais permitem aferir os desvios verificados em cada ação dentro das duas dimensões consideradas. Para facilitar a visualização dos desvios ocorridos, introduziu-se uma escala de avaliação cromática, comportando 4 situações:

Ações com desvios muito significativos	
Ações com desvios significativos	
Ações com desvios menores	
Ações concluídas sem desvios	

Nas páginas seguintes reproduzem-se os dois quadros em apreço,

Quadro 3
Grau de concretização das ações previstas para 2016
Dimensão estratégica transversal e integrada

Atividade 2016	Códigos PEMP (2014/17)	Ações	Grau de concretização das ações			
			(A)	(B)	(C)	(D)
1. Estabilização do posicionamento institucional da ESHTe	A1.1	Integração em instituição universitária de grande dimensão				
	A1.2	Integração num consórcio de estabelecimentos de ensino superior				
	A1.3	Manutenção da situação atual de Escola não integrada, mas com valências acrescidas no sistema vertical do ensino do turismo				
	A1.4	Integração forçada e não negociada em instituição de ensino superior politécnico				
2. Processo de revisão dos estatutos da Escola	A1.5	Revisão dos estatutos da Escola				
3. Gestão do Campus Escolar	A2.1	Novo modelo gestonário do espaço e das instalações				
	A2.7	Articulação com o Turismo de Portugal (Modelo atual)				
4. Melhoria das instalações e equipamentos afetos à ESHTe	A2.3	Recuperação e adaptação de instalações internas e externas à Escola				
	A2.4	Reparação e renovação de equipamentos nas áreas técnicas de cozinha				
	A2.5	Apetrechamento das áreas laboratoriais				
	A2.6	Melhoria das instalações ocupadas pelos docentes				
5. Otimização de mecanismos financeiros e administrativos	A2.2	Operacionalização de um Campus moderno com infraestruturas adequadas				
	A3.1	Ampliação das receitas próprias da Escola				
6. Operacionalização de instrumentos de monitorização financeira	A3.3	Revisão dos mecanismos de aprovisionamento ao nível do F&B				
	A3.5	Reforço da componente de gestão e de administração				
	A3.2	Criação e monitorização de um sistema contabilístico por centros de custo				
7. Adequação da oferta formativa	A3.4	Criação e monitorização de um sistema de informação de apoio à gestão				
	A3.6	Divulgação regular do relatório de execução orçamental				
	A4.1	Reestruturação e ampliação da oferta formativa graduada da ESHTe				
	A4.2	Formação profissional não graduada				
	A4.3	Alargamento progressivo da oferta formativa em língua inglesa				
	A4.4	Atividade educativa à distância				
8. Reforço da especialização do corpo docente	A4.5	Reforço dos estágios profissionais nas empresas				
	A4.6	Cursos técnicos superiores profissionais				
	A5.1	Reforço de doutorados e especialistas com currículo adequado				
9. Aproximação do corpo docente ao <i>trade</i>	A5.2	Sistema de avaliação de professores				
	A5.5	Integração no corpo docente de personalidades de relevo				
	A5.3	Elaboração de protocolos com empresas do sector para estágios de docentes				
10. Organização da investigação	A5.4	Desenvolvimento de eventos técnicos e científicos por parte dos docentes				
	A6.1	Reforço da investigação científica no quadro da FCT				
	A6.2	Compilação de oportunidades de financiamento de projetos através de programas nacionais e comunitários				
	A6.3	Base de dados de investigadores da ESHTe				
11. Fomento e divulgação da investigação	A6.4	Implementação do Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (CIDI)				
	A6.5	Investigação e Publicação				
	A6.6	Revista científica <i>on line</i>				
	A6.7	Plataforma de divulgação da produção científica				
	A6.8	Organização de uma conferência internacional anual com a marca ESHTe				
	A6.9	Participação de docentes em reuniões científicas				
12. Reforço da cooperação internacional	A7.1	Reforço das relações institucionais e funcionais com os países lusófonos				
	A7.2	Cooperação com Moçambique				
	A7.3	Cooperação com Cabo Verde				
	A7.5	Internacionalização das ofertas formativas				
	A7.4	Intercâmbios ERASMUS				
13. Otimização da organização interna da cooperação internacional	A7.7	Captação de alunos internacionais, com oferta de programas em inglês				
	A7.6	CLIC-ESHTe				
	A7.8	Base de dados de escolas de turismo ao nível internacional				
	A7.9	Ações de formação em língua inglesa				

Legenda:

Ações com desvios muito significativos	
Ações com desvios significativos	
Ações com desvios menores	
Ações concluídas sem desvios	

Fonte: Produção própria

Quadro 4
Grau de concretização das ações previstas para 2016
Dimensão operacional e identitária da Escola

Atividade 2016	Códigos PEMP (2014/17)	Ações	Grau de concretização das ações			
			(A)	(B)	(C)	(D)
14. Reforço da vertente endógena da instituição	A8.1	Conceção de um programa de ações que reforcem os valores da Escola e a sua cultura académica				
	A8.2	Relançamento do sistema de gestão de qualidade				
15. Celebração dos 25 anos da ESHTe	A8.3	Programa de comemorações				
16. Potenciação do posicionamento institucional na perspetiva exógena	A8.4	Participação nas reuniões do CCISP e da Organização Mundial do Turismo				
	A8.5	Operacionalização de uma estrutura associada à inovação empresarial e empreendedorismo				
	A8.6	Apoio à Associação de Antigos Alunos				
	A8.7	Escola de Verão Internacional				
	A8.8	Reforço da ligação entre o ensino secundário/profissional e a ESHTe				
17. Melhoria na prestação dos serviços de suporte académico	A9.1	Renovação dos materiais de divulgação da Instituição e dos cursos				
	A9.2	Criação de um regulamento académico				
	A9.6	Introdução do programa de produção de horários				
	A9.5	Conceção e implementação de um sistema de monitorização dos cursos				
	A9.7	Candidaturas aos cursos da ESHTe				
18. Certificação dos cursos graduados da ESHTe	A9.3	Renovação da certificação TEDQUAL				
	A9.4	Acreditação de ciclos de estudos junto da A3ES				
19. Otimização do funcionamento dos serviços e valorização dos recursos humanos não docentes	A10.1	Sistema de Gestão Documental e Workflow				
	A10.2	Reorganização dos espaços físicos destinados aos Serviços Operacionais				
	A10.3	Concessão de oportunidades aos funcionários não docentes para participarem em				
	A10.4	Criação de um manual de procedimentos internos para os serviços, de forma a definir com precisão os mecanismos formais de articulação e de âmbito operacional de cada serviço				
20. Melhoria da satisfação dos clientes (alunos)	A11.1	Articulação de atividades conjuntas com as estruturas representativas dos alunos				
	A11.2	Desenvolvimento de esforços para minimizar os efeitos do fecho da cantina à noite				
	A11.3	Criação de um serviço de reprografia adequado				
	A11.4	Angariação e facilitação de estágios profissionais				
	A11.5	Melhoria das instalações disponíveis para estudo				
	A11.6	Utilização da biblioteca				
	A11.7	Bolsa de Mérito				
	A11.8	Apoio a projetos dos alunos				
21. Otimização dos canais de comunicação <i>on line</i>	A12.1	Site da ESHTe na Internet, redes sociais e uniformização de assinaturas institucionais				
	A12.2	Versão em línguas estrangeiras do website da Escola				
	A12.3	Revisão de conteúdos do Site da ESHTe				
	A12.4	Disponibilização de formulários académicos no website da Escola				
	A12.5	Criação de uma Newsletter institucional				
	A12.6	Sistema de encaminhamento de chamadas				
22. Promoção de visitas selecionadas à ESHTe	A12.6	Visitas educativas à ESHTe				
	A12.7	Rede de eventos na ESHTe				
23. Reforço das ligações entre a comunidade interna	A13.1	Reforço da coesão interna entre os vários órgãos da ESHTe				
	A13.2	Operacionalização efetiva do Conselho Consultivo				
	A13.3	Artigos de opinião dos docentes da ESHTe				
	A13.4	Potenciação do observatório permanente da empregabilidade e da situação profissional dos diplomados da ESHTe				
24. Aprofundamento das ligações com a comunidade externa	A13.5	Código de Ética				
	A13.6	Alargamento dos colégios eleitorais				
	A13.7	Museu Virtual do Turismo (MUVITUR)				
	A13.8	Intensificação das relações com os <i>stakeholders</i>				
25. ESHTe solidária e responsável	A14.1	Promoção do projeto ESHTe SolidAct				
	A14.2	Responsabilidade social e ambiental				
	A14.3	Turismo voluntário				
	A14.4	Articulação com instituições de solidariedade social				
	A14.5	Apoio a alunos carenciados				
	A14.6	Oferta de transportes para a Escola				
	A14.7	Boas práticas ambientais				

Legenda: Ações com desvios muito significativos
 Ações com desvios significativos
 Ações com desvios menores
 Ações concluídas sem desvios

Fonte: Produção própria

Tenha-se igualmente em atenção que a maioria das ações com desvios significativos ou muito significativos inserem-se no horizonte de concretização global até ao horizonte de 2017, pelo que poderiam ter sido pontuadas com um critério menos apertado. Por outro lado, consideraram-se todas as ações como de igual importância no desempenho final, o que não se compagina com a realidade, já que existiram programas de prioridade máxima para o ano de 2016, onde não se registaram desvios significativos em nenhuma das ações definidas.

Importa sublinhar, tal como referido no Relatório de Atividades de 2016, que a análise das ações efetuadas em 2016, subordina-se a uma lógica de integração no Plano Estratégico de Médio Prazo 2014/17, o qual constitui a referência de fundo para a concretização do objetivo principal que reside na consolidação da posição da ESHTe no contexto do ensino superior do turismo em Portugal e a sua desejável evolução para uma escola de referência internacional.

Neste contexto, o contributo facultado pelo exercício de 2016 foi positivo na maioria dos eixos atrás identificados, já que a Escola revelou capacidade para resolver os seus problemas endógenos. Por outro lado, no plano exógeno, particularmente no que concerne ao poder político, o ano de 2016 possibilitou uma nova abertura e o avanço na resolução do principal constrangimento existente (a questão das instalações), a par da recuperação da credibilidade perante a tutela e os parceiros do ensino superior politécnico e da aproximação aos *stakeholders*.

Pela importância que reveste para a Escola, importa enfatizar que a Presidência da ESHTe desenvolveu, em 2016, várias iniciativas para resolver o problema das instalações, tendo-se conseguido alguns avanços significativos. Com efeito, a sensibilização da tutela para a importância deste processo, a celebração do protocolo sobre as intervenções urgentes e a abertura das negociações com o Turismo de Portugal sobre o reordenamento futuro do *Campus*, constituem etapas que podem vir a ser marcantes para o futuro.

Com efeito, pela ação de mediação conduzida pela Senhora Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, foi possível encetar um processo de contactos diretos com a Secretaria de Estado do Turismo e com o Turismo de Portugal, os quais culminaram com a definição de um programa conjunto de trabalho para encontrar uma solução referente ao problema das instalações, o qual incluía as seguintes vertentes:

- I. Criação de um Grupo de Trabalho constituído por técnicos das duas instituições, tendo por objetivo o estudo do reordenamento físico de toda a área do *campus* e das

- respetivas instalações, de modo a projetar-se para o futuro uma ocupação racional e que sirva os interesses das duas Escolas (esta opção foi sugerida pelo Sr. Presidente do Turismo de Portugal em reunião efetuada, em 7/7/2016, com a Presidência da ESHTe);
- II. Celebração de um protocolo de entendimento entre as duas instituições tendo em vista a realização de um conjunto de intervenções urgentes e inadiáveis em áreas consideradas críticas e que colocam em risco o funcionamento das atividades escolares (esta iniciativa foi validada e aceite pelo Sr. Presidente do Turismo de Portugal na reunião referida anteriormente, com a condição das obras (e melhorias) a concretizar não colidirem com o futuro plano geral de reordenamento e de reabilitação ocupacional e funcional do *campus*, decorrente do estudo mencionado no ponto anterior);
 - III. Definição das condições de funcionamento que permitissem às duas Escolas garantir o arranque do ano escolar 2016/17 em moldes satisfatórios, o que conduziu a um levantamento das necessidades consideradas indispensáveis pelas duas partes (este processo foi mediado inicialmente pela Secretaria-Geral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior).

Sobre a iniciativa prevista em I, refira-se que, já em 2017, a ESHTe foi informada por parte da Presidência do Turismo de Portugal que iria iniciar-se o processo de constituição do grupo de trabalho previsto para o efeito. Anteriormente, em 21/7/2016, a ESHTe remeteu ao Sr. Presidente do Turismo de Portugal e ao Gabinete da Sr.^a Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, um documento de fundo sobre “Cenários para o futuro referentes às instalações afetas à Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril”. Saliente-se que o documento em causa abordava a questão das instalações, mas também aspetos relacionados com o sistema de ensino do turismo, explicitando as vantagens da verticalização entre o ensino profissional (Turismo de Portugal) e o ensino superior (ESHTe).

Por outro lado, no caso do protocolo mencionado em II, após inúmeras insistências por parte da ESHTe, a que se seguiu uma intervenção da Senhora Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior junto da Secretaria de Estado do Turismo, foi possível retomar os contactos com o Turismo de Portugal, tendo-se, em 5 de dezembro passado, formalizada a assinatura do acordo que viabiliza a concretização de um conjunto de intervenções cruciais no Campus do Estoril, as quais se destinam a repor as condições mínimas de funcionamento das duas Escolas.

Como decorre das cláusulas que integram o referido protocolo, a ESHTe deverá concretizar até ao final de 2017, as seguintes intervenções:

- Iluminação exterior do Campus (orçamento estimado de 20.600 Euros com IVA);
- Acesso ao estacionamento do Campus – cancelas (orçamento estimado de 5.000 Euros com IVA);
- Áreas de estacionamento – pintura das delimitações, recuperação do piso em alguns troços e reabilitação do cais de cargas e descargas (orçamento estimado de 6.000 Euros com IVA);
- Arranjos exteriores – Talude da entrada, talude do estacionamento, canteiros da entrada, junto ao relvado e junto do depósito de gás (orçamento estimado de 6.200 Euros com IVA);
- Obras nas casas de banho dos alunos – reparações e substituição de materiais deteriorados (orçamento estimado de 53.632 Euros com IVA);
- Acessibilidade ao edifício principal (Piso 1) – Instalação de corredor de circulação e corrimão (orçamento estimado de 6.000 Euros com IVA);
- Pintura e reparação de salas de aulas (orçamento estimado de 6.000 Euros com IVA);
- Reconversão das salas 1.08, 1.09 e 2.05 para auditórios (orçamento estimado de 30.000 Euros com IVA);
- Obras e reequipamento dos laboratórios (orçamento estimado de 15.000 Euros com IVA a realizar por ESHTe);
- Obras de reabilitação de estrutura em risco de colapso no Edifício do Alojamento na zona do Laboratório de Microbiologia (orçamento estimado de 12.300 Euros com IVA).

O valor global previsto para estas intervenções ascende a 160.732 Euros, sujeito à variação de preços que possa ocorrer na realização dos respetivos concursos para adjudicação das obras. A cobertura financeira destes investimentos serão da responsabilidade da ESHTe, através da mobilização das suas receitas próprias provenientes dos saldos orçamentais registados em 2014 e 2015. Obviamente que as intervenções previstas neste protocolo, onde o Turismo de Portugal também chama a si os investimentos relacionados com a pintura da fachada do bloco escolar e as obras nas áreas técnicas das cozinhas, não comprometam eventuais situações futuras decorrentes do plano de fundo sobre o reordenamento final do Campus.

No âmbito da linha de trabalho identificada em III, interessa referir que a ESHTe elaborou o documento sobre “Instalações afetas à Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTe) - Levantamento das necessidades para o ano letivo 2016/17”, o qual foi enviado à Secretaria-Geral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e ao Sr. Presidente do Turismo de

Portugal (em 21/7/2016), tendo sido dado conhecimento ao Gabinete da Sr.^a Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Neste último documento, elaborado a partir do pressuposto que em termos da gestão do Campus tudo se manteria inalterável, ou seja, com o TP a assegurar autonomamente a administração de todas as áreas e infraestruturas, sublinhava-se a necessidade de garantir as seguintes orientações gerais:

- Dado que a Escola do TP tem cerca de 380 alunos vs. os cerca de 2000 alunos da ESHTe, propôs-se que seja feita uma redistribuição mais equitativa (proporcional) do nº de salas e de áreas práticas (cozinhas, pastelaria, padaria, restaurante a aplicação, bar, sala de enologia) afetas a cada uma das escolas;
- Autorização para que a ESHTe possa fazer obras de beneficiação nas salas de aulas que lhe estejam afetas;
- Criação de uma solução que permita que a ESHTe, por si própria ou através da associação de estudantes, tenha um espaço para poder criar uma reprografia, já que a atual se encontra encerrada e em contencioso com o Turismo de Portugal;
- Autorização para que a ESHTe, ou a empresa por ela adjudicada, possa utilizar o “túnel de lavagem” para garantir o serviço de jantares aos alunos do regime pós-laboral;
- Resolução das questões de segurança relacionadas com a iluminação exterior, o acesso para deficientes e a armazenagem de produtos do F&B;
- Concretização das obras ao nível das casas de banho e das redes de água, de eletricidade e de esgotos;
- Dado que o Turismo de Portugal pretende “encerrar” progressivamente o “edifício do alojamento”, deverão ser equacionadas soluções para realojar os gabinetes dos docentes, já de si muito diminutos (17 Gabinetes para 130 docentes), as 2 salas de aulas afetas à ESHTe e o arquivo aí existente;
- Planificação da utilização da ocupação dos Auditórios e de outros espaços públicos através de uma parceria efetiva entre as duas Escolas, de forma a que ESHTe não disponha apenas das sobras resultantes da utilização pelo TP.

Neste contexto, elencaram-se também as necessidades básicas para a ESHTe assegurar o cumprimento da sua missão, sendo certo que se trata de uma lista minimalista face aos problemas de fundo existentes:

- Mais 5 Salas de aulas afetas integralmente à ESHTe, deixando de ocorrer o atual empréstimo de 4 Salas pós as 18h;
- Atribuição de mais um dia útil de utilização das áreas técnicas por parte da ESHTe (cozinhas, pastelaria, padaria, restaurante a aplicação, bar, sala de enologia), tendo presente que o número de alunos da nossa Escola é 5,2 vezes superior ao da Escola do TP;
- Autorização para a ESHTe assegurar o fornecimento de jantares aos alunos, suprimindo-se o constrangimento decorrente da utilização do “túnel de lavagem”;
- Disponibilização de espaços para que a ESHTe possa ter “salas de arquivo” condignas e localizadas em zonas mais acessíveis (um dos arquivos atuais encontra-se dentro de uma sala de aulas do edifício do alojamento);
- Criação de uma sala para implementação de um “Gabinete médico e de apoio psicológico” aos alunos, cuja utilização poderá ser artilhada com os alunos do TP;
- Criação de espaços de estudo conjuntos para os alunos das duas Escolas;
- Operacionalização de vestiários adequados para os alunos e docentes trocarem de roupa para as aulas práticas;
- Reordenamento funcional das áreas afetas aos serviços de F&B da ESHTe, com reposicionamento adequado dos armazéns e com a dotação de salas para preparação dos pedidos dos docentes, para lançamento dos sumários e para guardar os equipamentos utilizados nas aulas práticas;
- Disponibilização de uma sala para o Gabinete da Ação Social, com zona de atendimento aos alunos;
- Reserva de uma área no átrio do Piso -1 para instalação de segurança;
- Disponibilização de uma sala para guardar os equipamentos utilizados nas aulas práticas do curso de Gestão do Lazer e de Animação Turística;
- Resolução do problema da iluminação exterior e do parque de estacionamento.

No que diz respeito a estas questões, verificou-se que na sua maioria não foram satisfeitas as necessidades apresentadas pela ESHTe, tendo o ano letivo arrancado em moldes semelhantes ao observado em anos anteriores, ou seja, em condições desfavoráveis para a nossa Escola no que respeita sobretudo à repartição da ocupação das salas de aula e das instalações técnicas.

Este facto levou a Presidência da ESHTe a efetuar nova exposição junto da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, onde todos os constrangimentos voltaram a ser

focados, acrescentando-se aspetos relacionados com a ineficácia do sistema de manutenção da Escola do Turismo de Portugal, cujos reflexos em matéria de segurança são evidentes. Anexou-se igualmente à comunicação em apreço uma reportagem fotográfica que ilustrava a situação de degradação dos edifícios e das instalações que constituem o Campus do Estoril.

Para concluirmos este ponto do presente relatório de gestão, revela-se interessante abordar a evolução da oferta formativa da ESHTe, bem como os níveis de procura registados. No fundo, a razão da existência da Escola consubstancia-se na prestação de um serviço especializado aos seus clientes, neste caso concreto, tendo como destinatários os alunos da instituição.

Assim, sublinha-se que a ESHTe ministrou, no último ano letivo, nove cursos de Licenciatura: Informação Turística (diurno), Direção e Gestão Hoteleira (diurno e pós-laboral); Gestão do Lazer e Animação Turística (diurno e pós-laboral); Gestão Turística (diurno e pós-laboral); e, Produção Alimentar em Restauração (diurno e pós-laboral).

Por outro lado, ministrou cinco cursos de Mestrado, todos em regime pós-laboral: Gestão Hoteleira; Segurança e Qualidade Alimentar na Restauração; Inovação em Artes Culinárias; Turismo (dividido em três ramos de especialização: Gestão Estratégica de Destinos Turísticos, Planeamento e Gestão em Turismo de Natureza e Aventura e Gestão Estratégica de Eventos); Turismo e Comunicação (em conjunto com o Instituto de Gestão e Ordenamento do Território e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

Paralelamente, a ESHTe lecionou, em parceria com o Instituto de Gestão e Ordenamento do Território, um curso de Doutoramento em Turismo, além de também ter realizado vários cursos de formação avançada, muitos dos quais em paralelo aos Mestrados.

No que concerne à evolução da procura, atingiram-se níveis muito favoráveis no ano letivo 2016/17. Assim, e como demonstra o Quadro 6, inserto na página seguinte, a procura nas licenciaturas foi muito superior às vagas disponibilizadas, inclusive nos cursos em regime noturno. Com efeito, obteve-se, em média, um rácio de 4,99 candidatos para cada lugar efetivamente ocupado (1.ª fase), sendo que esta captação atingiu um valor de 4,30 no curso de GLAT Pós-Laboral.

Refira-se ainda que no último concurso nacional de acesso, a ESHTe absorveu cerca de 1/3 do total de vagas preenchidas no total do ensino superior público do turismo.

Quadro5

Licenciaturas - Vagas e candidatos (1.ª fase)

	Ano Letivo 2016/2017									
	DGH	GT	IT	PAR	GLAT	DGH-N	GT-N	PAR-N	GLAT-N	TOTAL
Vagas	60	60	50	40	40	55	45	40	40	430
Candidatos - 1.ª fase	388	491	102	131	356	210	238	58	172	2146
Rácio	6,47	8,18	2,04	3,28	8,90	3,82	5,29	1,45	4,30	4,99

Fonte: Produção própria

Por outro lado, no domínio dos Mestrados e do Doutoramento (em parceria com o IGOT da Universidade de Lisboa), a procura situou-se igualmente em patamares elevados. Ressalte-se que, ao nível dos Mestrados e Pós-Graduações, a ESHTe possui no ano letivo 2016/17 um número de 314 alunos.

Acrescente-se ainda que, segundo os dados do anterior Ministério da Educação e Ciência, a ESHTe detinha um índice de empregabilidade de 95,4%, o que a coloca, ao nível geral, entre as seis instituições de Ensino Superior em Portugal com melhores resultados neste domínio.

3. RELATÓRIO E CONTAS

À semelhança do verificado nos dois anos anteriores, a conta de gerência e demais peças finais de prestação de contas foram preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da ESHTe, mantidos em conformidade com os princípios, métodos e critérios geralmente aceites em Portugal e consignados no Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação (POC – Educação), aprovado pela Portaria nº. 794/2000, de 20 de Setembro.

A elaboração das demonstrações financeiras assentou, nomeadamente, nos princípios contabilísticos da consistência, da especialização dos exercícios, da prudência e da materialidade, no pressuposto da continuidade das operações.

A análise efetuada no âmbito deste Relatório incidiu sobre a análise à execução orçamental e às demonstrações financeiras (balanço e demonstração de resultados) previstas no POC – Educação, tendo-se utilizado técnicas de análise comparativa e de apreciação de rácios no caso das demonstrações financeiras.

3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

No cômputo geral do ano de 2016, a despesa paga cifrou-se em 5587,7 mil Euros, o que ficou aquém do orçamento global disponível em cerca de 27,7% (7729,4 mil Euros). Se retirarmos o efeito da integração de saldos (6118,9 mil Euros), a execução sobe para 91,3%, valor este muito penalizado pela fraca execução detetada no programa ERASMUS (45,8%). O Quadro 5 confronta a evolução verificada para o último quadriénio:

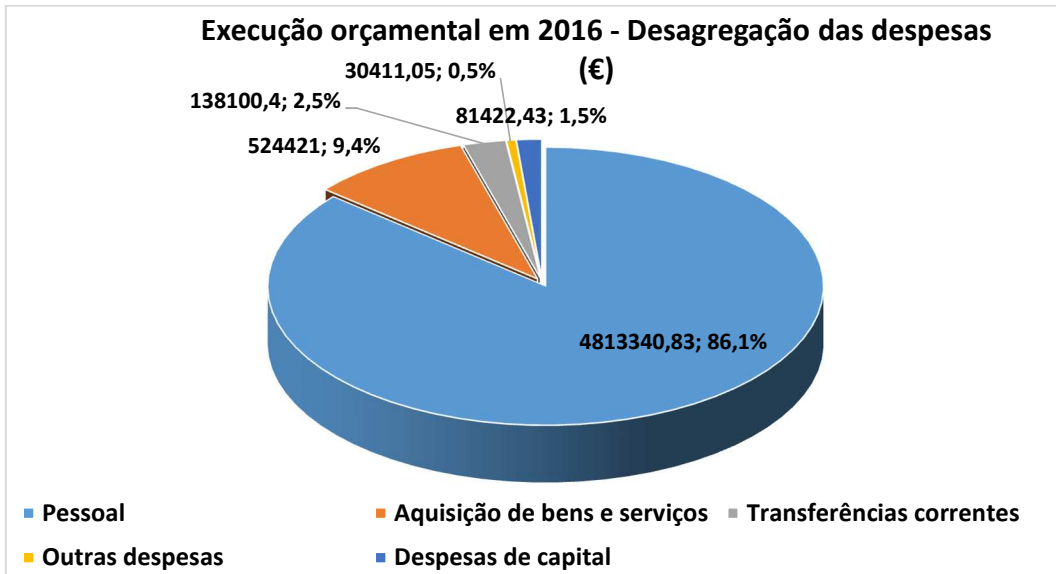
Quadro 6
Execução orçamental da despesa (em euros)

Tipos	2016			2015			2014			2013		
	Orçamento Corrigido	Execução anual	% Execução	Orçamento Corrigido	Execução anual	% Execução	Orçamento Corrigido	Execução anual	% Execução	Orçamento Corrigido	Execução anual	% Execução
Pessoal	6209971	4813341	77,5%	5316482	4566017	85,9%	5058254	4797174	94,8%	5112438	4944512	96,7%
Aquisição de bens e serviços	906502	524421	57,9%	786485	506315	64,4%	646351	537335	83,1%	1022107	833576	81,6%
Transferências correntes	301548	138100	45,8%	341383	159072	46,6%	203295	127243	62,6%	190772	162140	85,0%
Outras despesas	45717	30411	66,5%	24450	20579	84,2%	2200	1210	55,0%	9500	7938	83,6%
Despesas de capital	265705	81422	30,6%	165399	112029	67,7%	111500	55201	49,5%	89000	73182	82,2%
Total	7729443	5587695	72,3%	6634199	5364011	80,9%	6021600	5518163	91,6%	6423817	6021348	93,7%

Fonte: Produção própria

A desagregação das despesas pagas pelas diferentes tipologias seguiu, em 2016, a distribuição que consta do Gráfico 2, reproduzido na página seguinte.

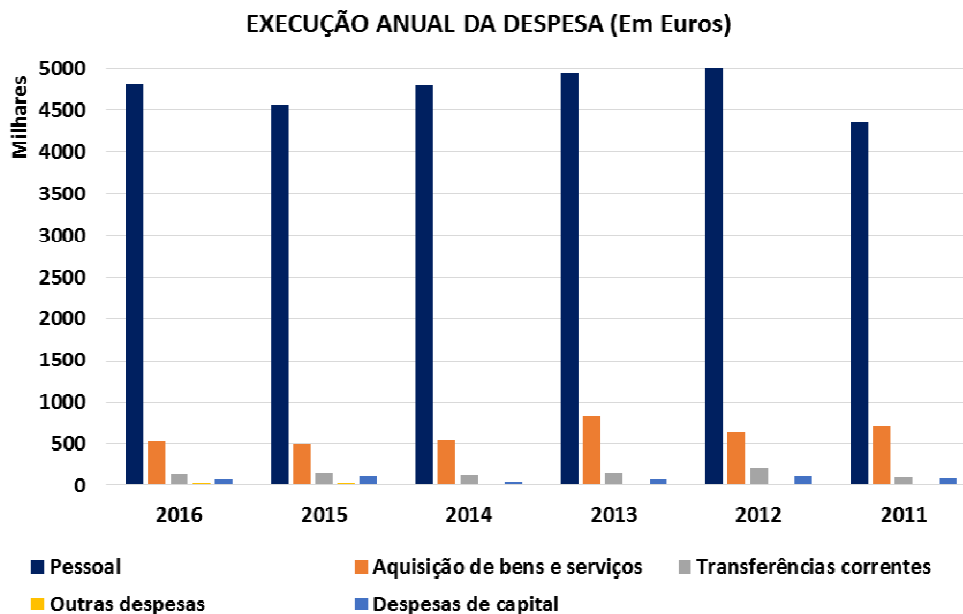
Gráfico 2



Fonte: Produção própria

Conforme se pode observar, as despesas com o pessoal preencheram 86,1% do total (85,1% em 2015), seguindo-se a aquisição de bens e serviços com 9,4%, ou seja, a mesma incidência que foi detetada o ano anterior. Estes resultados surgem dentro da lógica observada em anos anteriores, como decorre da visualização do Gráfico 3, abaixo inserido.

Gráfico 3



Fonte: Produção própria

Retirando o efeito dos gastos com pessoal, o total de despesas cifrou-se em 774,4 mil Euros, o que representou uma diminuição de 2,9% face ao valor correspondente obtido em 2016 (797,5 mil Euros). Convém igualmente sublinhar que foram regularizados até 31/12/2016 todos os

pagamentos pendentes a fornecedores de bens e serviços, bem como ao Estado e a todo pessoal docente e não docente da ESHTe.

Detalhando o controlo orçamental da despesa por principais rubricas, dentro das tipologias atrás apresentadas, pode-se confrontar a situação para os dois últimos anos, nomeadamente para a despesa paga (ver o Quadro 7, a seguir reproduzido).

Quadro 7
Controlo orçamental das despesas (€)

Tipos de despesas		Ano 2016			Ano 2015		
		Dotação corrigida	Despesa paga	Grau de execução orçamental (%)	Dotação corrigida	Despesa paga	Grau de execução orçamental (%)
1. Despesas correntes - Total		7.463.738,00	5.506.272,75	73,8%	6.468.800,00	5.251.982,37	81,2%
1.1. Pessoal	Órgãos sociais	422.063,00	181.352,55	43,0%	155.293,00	134.220,21	86,4%
	Pessoal dos quadros	1.910.824,00	1.725.440,30	90,3%	1.717.139,00	1.486.252,08	86,6%
	Pessoal além dos quadros	1.683.148,00	1.258.512,46	74,8%	1.455.727,00	1.387.040,41	95,3%
	Pessoal em regime de tarefa/avença	77.626,00	70.353,42	90,6%	102.060,00	69.908,64	68,5%
	Subsídios de refeição	110.127,00	90.331,85	82,0%	117.675,00	95.067,28	80,8%
	Subsídio de férias e de Natal	596.232,00	531.635,85	89,2%	793.090,00	503.869,80	63,5%
	Horas extraordinárias	6.000,00	4.369,26	72,8%	8.000,00	4.377,91	54,7%
	Ajudas de custo	10.500,00	7.613,72	72,5%	10.000,00	3.997,98	40,0%
	Colaboração técnica especializada	19.844,00	14.175,52	71,4%	6.107,00	2.804,41	45,9%
	Contribuições C.G. Aposentações	958.673,00	599.725,70	62,6%	586.850,00	554.238,89	94,4%
	Contribuições Segurança Social	293.549,00	273.548,94	93,2%	278.929,00	268.927,69	96,4%
	Outras despesas	121.385,00	56.281,26	46,4%	85.612,00	55.311,97	64,6%
	Total	6.209.971,00	4.813.340,83	77,5%	5.316.482,00	4.566.017,27	85,9%
1.2. Aquisição de bens e serviços	Matérias-primas e subsidiárias	142.800,00	74.995,60	52,5%	135.800,00	70.524,72	51,9%
	Alimentação - Refeições confeccionadas	13.500,00	7.218,69	53,5%	19.500,00	12.231,96	62,7%
	Limpeza e higiene	32.157,00	26.353,74	82,0%	48.600,00	36.124,03	74,3%
	Conservação de bens	97.850,00	16.517,24	16,9%	12.000,00	6.351,75	52,9%
	Comunicações móveis	10.000,00	5.773,28	57,7%	17.500,00	9.535,25	54,5%
	Transportes	12.670,00	7.708,48	60,8%	16.670,00	8.192,39	49,1%
	Vigilância e segurança	20.596,00	20.595,12	100,0%	21.300,00	15.446,34	72,5%
	Deslocações e estadas	68.696,00	50.194,74	73,1%	26.500,00	15.092,51	57,0%
	Estudos, pareceres e projectos	51.158,00	34.142,70	66,7%	38.740,00	26.607,97	68,7%
	Seminários	22.000,00	21.197,48	96,4%	14.800,00	9.656,11	65,2%
	Software informático e assistência técnica	60.000,00	49.474,65	82,5%	104.050,00	101.329,18	97,4%
	Outros trabalhos especializados	200.040,00	147.883,12	73,9%	144.551,00	116.471,99	80,6%
	Outras aquisições	175.035,00	62.366,16	35,6%	186.474,00	78.750,73	42,2%
	Total	906.502,00	524.421,00	57,9%	786.485,00	506.314,93	64,4%
	1.3. Transferências correntes		301.548,00	138.100,40	45,8%	341.383,00	159.071,60
1.4. Outras despesas correntes		45.717,00	30.411,05	66,5%	24.450,00	20.578,57	84,2%
2. Despesas de capital - Total		265.705,00	81.422,43	30,6%	165.399,00	112.028,79	67,7%
	Equipamento de informática	11.500,00	6.899,28	60,0%	106.000,00	89.597,69	84,5%
	Software informático	59.000,00	51.581,40	87,4%	6.773,00	0,00	0,0%
	Equipamento administrativo	11.600,00	1.576,86	13,6%	11.500,00	0,00	0,0%
	Equipamento básico	183.605,00	21.364,89	11,6%	41.126,00	22.431,10	54,5%
Total geral	Despesas correntes e de capital	7729443,00	5587695,18	72,3%	6.634.199,00	5.364.011,16	80,9%

Fonte: Produção própria

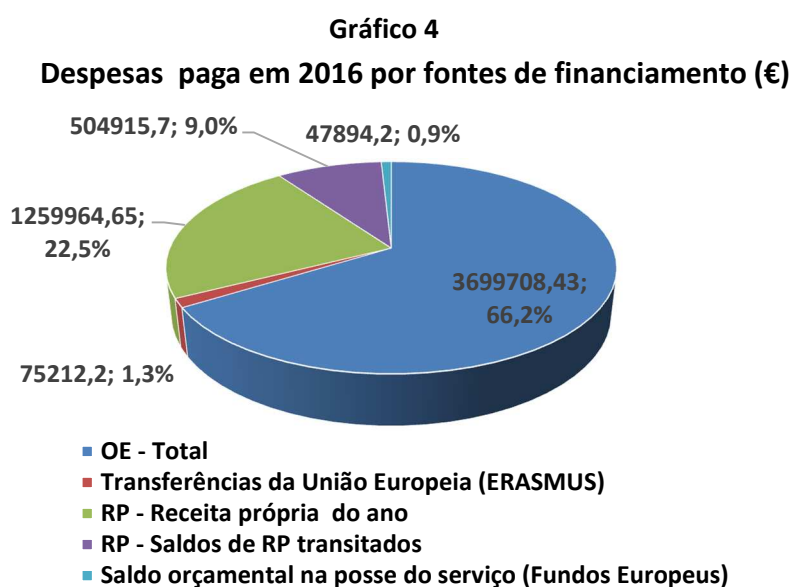
Conforme se pode observar, ao nível da despesa paga observou-se um aumento de 4,2% em relação ao ano anterior, o que se explica pela realização do programa comemorativo dos 25 anos da ESHTe e sobretudo, pela saída de legislação com implicações ao nível da expansão das despesas de pessoal. Referimo-nos concretamente aos efeitos decorrentes da reposição da

redução salarial na administração pública, da aplicação do Decreto-Lei n.º 45/2016, de 17 de agosto, sobre o regime transitório da carreira docente do ensino superior politécnico, e do Decreto-Lei n.º 65/2016, de 21 de outubro, o qual procede ao estabelecimento do regime remuneratório dos presidentes e vice-presidentes das escolas superiores politécnicas não integradas.

Assim, as despesas de pessoal subiram globalmente 5,4% face a 2015, destacando-se os acréscimos observados ao nível das rubricas dos órgãos sociais, do pessoal dos quadros, dos subsídios de Natal e de férias, das ajudas de custo, da colaboração técnica especializada, dos descontos para a Caixa Geral de Aposentações e a Segurança Social.

Por outro lado, as despesas com a aquisição de bens e serviços aumentaram, na generalidade, 3,6% em relação ao ano anterior, observando-se as progressões mais acentuadas nos casos da conservação de bens, das matérias-primas, da vigilância e segurança, das deslocações e estadas e dos estudos, pareceres e projetos. Como ainda se pode concluir da leitura do Quadro 7, as transferências correntes (-13,1%) e as despesas de capital (-27,3%) evidenciaram baixas face aos valores correspondentes de 2015, refletindo, respetivamente, o efeito da passagem de centralização do programa Erasmus + a outro parceiro do consórcio e o menor investimento efetuado na área da informática após um forte esforço neste domínio no ano anterior.

Ainda no âmbito das despesas, o Gráfico 4 e o Quadro 8, reproduzido na página seguinte, comparam os valores por fontes de financiamento para os dois anos em apreço.



Fonte: Produção própria

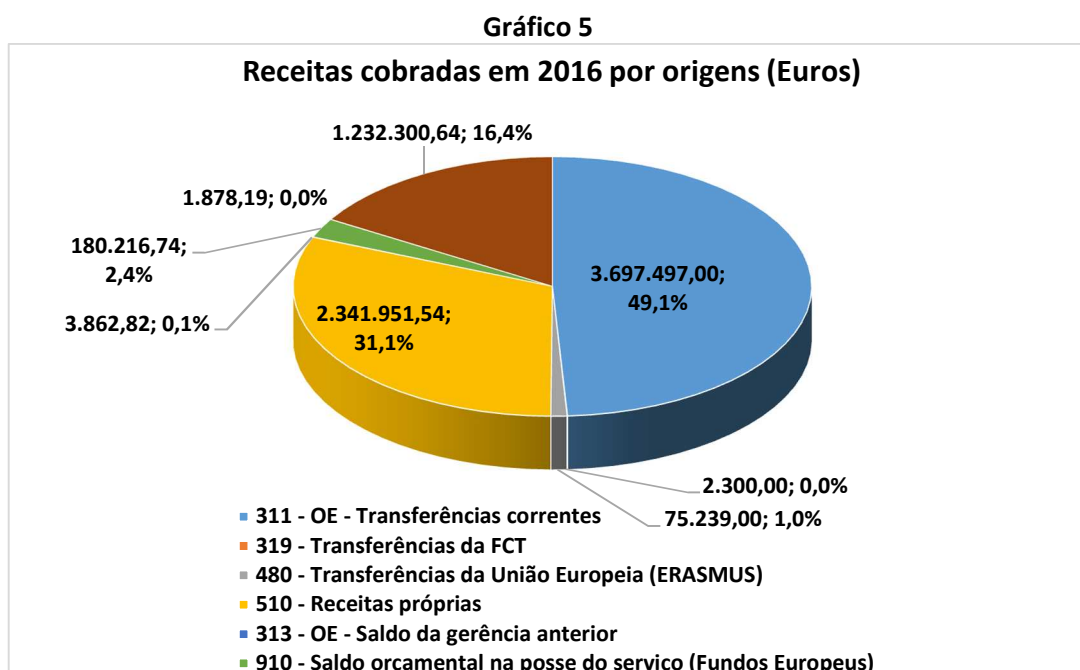
Quadro 8
Controlo orçamental das despesas por fontes de financiamento (€)

Fontes de financiamento		Ano 2016				Ano 2015			
		Dotação corrigida	Compromissos assumidos	Despesa paga	Grau de execução orçamental (%)	Dotação corrigida	Compromissos assumidos	Despesa paga	Grau de execução orçamental (%)
311	OE - Verbas não afetadas a projetos cofinanciados	3.697.497,00	3.697.492,91	3.697.492,91	100,0%	3.509.018,00	3.505.155,18	3.505.155,18	99,9%
313	OE - Saldos não afetados a projetos cofinanciados	3.863,00	0,00	0,00	0,0%	3.859,00	3.858,72	3.858,72	100,0%
319	OE - Transferências entre organismos	7.300,00	2.215,52	2.215,52	30,3%	5.000,00	0,00	0,00	0,0%
OE - Total		3.708.660,00	3.699.708,43	3.699.708,43	99,8%	3.517.877,00	3.509.013,90	3.509.013,90	99,7%
442	Financiamentos da UE - Fundo Social Europeu					8.487,00	8.485,34	8.485,34	100,0%
480	Transferências da União Europeia (ERASMUS)	130.158,00	75.212,20	75.212,20	57,8%	340.953,00	160.735,60	160.735,60	47,1%
510	RP - Receita própria do ano	2.478.107,00	1.259.964,65	1.259.964,65	50,8%	2.289.558,00	1.208.452,74	1.208.452,74	52,8%
520	RP - Saldos de RP transitados	1.232.301,00	504.915,70	504.915,70	41,0%	477.324,00	477.323,58	477.323,58	100,0%
910	Saldo orçamental na posse do serviço (Fundos Europeus)	180.217,00	47.894,20	47.894,20	26,6%				
RP - Total		3.890.625,00	1.812.774,55	1.812.774,55	46,6%	276.688,00	1.685.776,32	1.685.776,32	60,9%
Total geral		7.729.443,00	5.587.695,18	5.587.695,18	72,3%	6.634.199,00	5.364.011,16	5.364.011,16	80,9%

Fonte: Produção própria

Como ressalta da observação dos elementos apresentados, as verbas transferidas do Orçamento do Estado (OE), consignadas na sua totalidade ao pagamento de parte das despesas de pessoal, constituíram invariavelmente a principal fonte de financiamento (66,2% do total em 2016). Tal como decorre da apreciação do Gráfico 4, em 2016, as três componentes da receita própria receberam em 32,5% o total da despesa paga, enquanto que os fundos comunitários custearam 1,3% do mesmo valor global.

Passando à execução da receita, apurou-se que o montante cobrado líquido, em 2016, cifrou-se em 7535,2 milhares de Euros, ou seja, um quantitativo cuja expressão constituiu uma subida de 11,1% face ao valor apurado em 2015 (6678, 0 milhares de Euros).



Fonte: Produção própria

A Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril teve como fontes de financiamento para a sua atividade durante o ano de 2016, as origens discriminadas no Gráfico 5, apresentado na página anterior. Por outro lado, o Quadro 9, seguidamente reproduzido, detalha a origem das receitas nos dois últimos anos, bem como o grau de execução orçamental.

Quadro 9
CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA - Valores em Euros

Origem das receitas		2016			2015		
		Previsão corrigida	Receita cobrada líquida	Grau de execução orçamental (%)	Previsão corrigida	Receita cobrada líquida	Grau de execução orçamental (%)
311	OE - Transferências correntes	3.697.497,00	3.697.497,00	100,0%	3.509.018,00	3.509.018,00	100,0%
319	Transferências da FCT	7.300,00	2.300,00	31,5%	5.000,00	0,00	0,0%
442	Financiamentos da UE - Fundo Social Europeu				8.487,00	8.485,34	100,0%
480	Transferências da União Europeia (ERASMUS)	130.158,00	75.239,00	57,8%	264.737,00	264.736,82	100,0%
510	Receitas próprias	2.449.573,00	2.341.951,54	95,6%	2.277.132,00	2.434.718,37	106,9%
	Propinas	2.109.455,00	2.104.630,91	99,8%	2.001.941,00	2.111.537,89	105,5%
	Taxas diversas	185.000,00	173.232,62	93,6%	150.220,00	177.248,00	118,0%
	Multas e outras penalidades	8.600,00	9.107,36	105,9%	8.602,00	12.539,79	145,8%
	Juros	18,00	1,78	9,9%	18,00	31,69	176,1%
	Bancos - Transferências correntes	19.000,00	14.000,00	73,7%	14.500,00	14.000,00	96,6%
	Venda de publicações e impressos	7.000,00	389,00	5,6%	6.744,00	5.106,50	75,7%
	Outras vendas	5.000,00	3.458,50	69,2%	6.621,00	3.459,00	52,2%
	Estudos, pareceres e projectos	26.900,00	0,00	0,0%	4.567,00	0,00	0,0%
	Outros serviços	87.600,00	37.099,39	42,4%	82.910,00	108.760,07	131,2%
	Outras receitas correntes	1.000,00	31,98	3,2%	1.009,00	2.035,43	201,7%
Receitas correntes - Total		6.284.528,00	6.116.987,54	97,3%	6.064.374,00	6.216.958,53	102,5%
313	OE - Saldo da gerência anterior	3.863,00	3.862,82	100,0%	3.859,00	3.858,72	100,0%
910	Saldo orçamental na posse do serviço (Fundos Europeus)	180.217,00	180.216,74	100,0%	76.216,00	76.215,52	100,0%
510	Reposições não abatidas nos pagamentos	28.534,00	1.878,19	6,6%	12.426,00	6.035,01	48,6%
520	Saldo orçamental na posse do serviço	1.232.301,00	1.232.300,64	100,0%	477.324,00	477.323,58	100,0%
Receitas de capital - Total		1.444.915,00	1.418.258,39	98,2%	569.825,00	563.432,83	98,9%
Total geral		7.729.443,00	7.535.245,93	97,5%	6.634.199,00	6.780.391,36	102,2%

Fonte: Produção própria

Observa-se assim que as transferências do Orçamento de Estado (OE) e as receitas próprias proporcionaram no conjunto 80,2% das verbas destinadas ao funcionamento da Escola em 2016, assumindo-se como as fontes determinantes. Assinale-se que com a exclusão das receitas de capital (saldos transitados e reposições não abatidas nos pagamentos), o montante de receitas cobradas fixou-se em 6117,0 milhares de Euros, o que ficou aquém em 1,6% do montante apurado no ano anterior (6217,0 milhares de Euros).

Em termos de comparação anual entre o valor de receitas próprias previstas em Orçamento e a receita efetivamente cobrada, verificou-se que este último montante ficou abaixo do primeiro em cerca de cerca de 2,5%, o que se explica sobretudo pela baixa execução orçamental referente às transferências da União Europeia (57,8%), já que no caso das transferências do OE (100,0%)

e nas receitas próprias correntes (97,3%) os níveis de receitas cobrados atingiram valores muito mais elevados.

Saliente-se que no caso das propinas cobradas, o valor de 2016 atingiu 2104,6 mil Euros, o que representou um decréscimo de 0,3% em relação ao ano anterior. Por outro lado, o quadro seguinte demonstra a evolução do volume de propinas em dívida para os últimos 4 anos letivos anteriores ao de 2016/15.

Quadro 10
Propinas em dívida (Euros)

Ano letivo	Propinas em dívida a 31-12-2015	Propinas em dívida a 31-12-2016
2014/15	90.636,00	82.775,40
2013/14	59.388,00	56.999,69
2012/13	44.750,00	44.231,20
2011/12	54.705,10	54.305,10
TOTAL	249.479,10	238.311,39

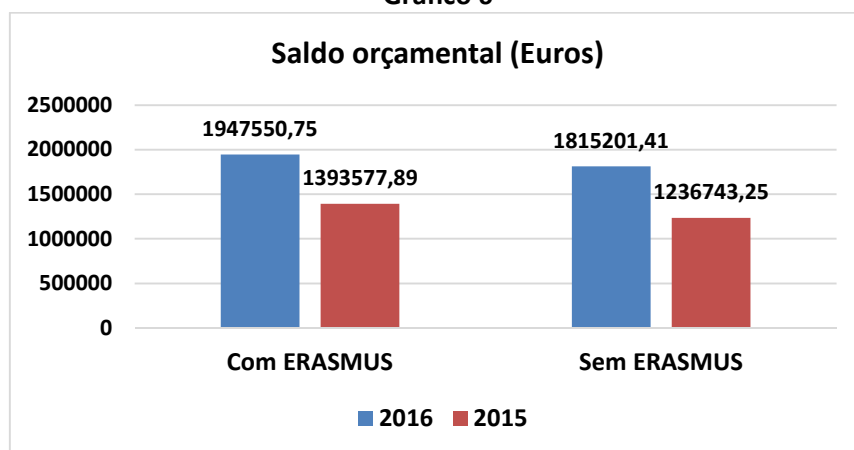
Fonte: Produção própria

Faça-se notar que o total de propinas em dívida para os quatro últimos anos letivos ascendeu, em 31/12/2016, a 238,3 milhares de Euros, o que constituiu uma diminuição de 11,2 milhares de Euros em relação ao valor detetado no final de 2015.

Por outro lado, as propinas em dívida referentes ao ano letivo 2015/16 cifravam-se em 83,4 mil Euros em 31 de dezembro de 2016, pelo que a Presidência irá intensificar, em 2017, as iniciativas necessárias para a cobrança dos valores em dívida junto dos alunos, as quais poderão ter um efeito positivo mais rápido face à melhoria da conjuntura socioeconómico que afeta as famílias portuguesas.

De uma forma global, a execução financeira acumulada no ano de 2016, apontou para um saldo corrente a transitar para o ano de 2017 foi de 1815,2 mil Euros, com exclusão da componente ligada às transferências comunitárias correspondentes à gestão do Programa ERASMUS (saldo em poder da ESHTe no valor de 132,3 mil Euros). O Gráfico 6, inserido na página seguinte, resume a evolução observada.

Gráfico 6



Fonte: Produção própria

Saliente-se a ampliação do saldo global (com o programa ERASMUS) para 1947,6 mil Euros, o que constituiu um reforço de cerca de 550,0 mil Euros face ao ano anterior.

O saldo atrás referido resultará sobretudo de receitas próprias (1811,3 mil Euros), pelo que a ESHTe pretende aplicá-lo, em 2017, na concretização de um conjunto de obras inadiáveis ao nível do Campus Escolar, nomeadamente ao nível das áreas técnicas, dos equipamentos de suporte, dos laboratórios, das salas de aulas, das instalações dos docentes, entre outras. Tenha-se presente que estas intervenções resultaram da celebração do já referido protocolo de entendimento celebrado entre o Turismo de Portugal (titular das instalações do Campus) e a ESHTe, tendo em vista a realização de um conjunto de intervenções urgentes e inadiáveis em áreas consideradas críticas e que podem colocar em risco o funcionamento das atividades escolares. Foi dado conhecimento deste protocolo à Secretaria-Geral do Ministério.

Saliente-se ainda que a ESHTe registou, pelo terceiro ano consecutivo, um saldo orçamental positivo, o que ilustra o controlo e a eficácia da gestão financeira da instituição, a qual se tem vindo a pautar por regras e procedimentos com reflexos bem visíveis nas contas da instituição. A este propósito, convém referir que a Escola concretizou em 2016 um programa alusivo aos seus 25 anos de existência, o qual incorporou diversas iniciativas com um caráter mais extraordinário (conferências, edição de livros, exposições, entre outras), sendo que os custos decorrentes destas ações foram absorvidos pelo orçamento da Escola, sem terem um reflexo excessivo no plano das despesas.

O processo de transição de saldos tem suporte legal para o efeito, decorrente do disposto no artigo 114.º da Lei n.º 62/2007 (RJIES). Em termos operacionais, a reintegração de saldos por

parte das instituições públicas de ensino superior, pode ser concretizada no âmbito da autonomia das Escolas até ao valor dos descontos efetuados para a Caixa Geral de Aposentações. Por outro lado, a Lei de Execução Orçamental para 2017 viabiliza a possibilidade do Ministério das Finanças aceitar alterações orçamentais devido à integração dos saldos de gerência, mediante a apresentação do necessário programa justificativo.

3.2. CONTA DE GERÊNCIA

A conta de gerência relativa ao período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2016 apresentou um volume global de 8.917.475,59 Euros, procedendo-se seguidamente à sua desagregação:

Quadro 11
Conta de gerência (de 1/1/2016 a 31/12/2016)

Saldo da gerência anterior	(Em euros)
De dotações orçamentais (OE)	184079,56
De receitas próprias	1232300,64
De investimento no plano	
De operações de tesouraria	
	1416380,20
Recebimentos na gerência	
De dotações orçamentais (OE)	3775036,00
De receitas próprias	2343829,73
De investimento no plano	
De operações de tesouraria	
	1382229,66
	7501095,39
TOTAL RECEBIMENTOS	8917475,59
Pagamentos na gerência	
De dotações orçamentais (OE)	3822814,83
De receitas próprias	1764880,35
De investimento no plano	
De operações de tesouraria	
	1382229,66
	6969924,84
Saldo para a gerência seguinte	
De dotações orçamentais (OE)	136300,73
De receitas próprias	1811250,02
De investimento do plano	
De operações de tesouraria	
	1947550,75
TOTAL PAGAMENTOS	8917475,59

Fonte: Produção própria

Conforme se pode verificar, o total de recebimentos ocorridos durante o período em apreço (7.501.095,39 Euros) superou os pagamentos efetuados no mesmo intervalo temporal (6.969.924,84 Euros), o que decorre da observância dos aspetos já evidenciados anteriormente.

Confirma-se igualmente que o saldo a transferir para a gerência seguinte assenta sobretudo em receitas próprias, considerando-se na verba, que consta do quadro anterior, a componente ligada às transferências comunitárias correspondentes à gestão do Programa ERASMUS.

3.3. ANÁLISE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras para o período entre 1/1 e 31/12/2016 foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação (POC-Educação), apresentando-se seguidamente uma breve análise da Conta de Resultados e do Balanço.

3.3.1. CONTA DE RESULTADOS

No final do ano de 2016, a ESHTe obteve resultados correntes positivos de 575.168,50 Euros, fruto de resultados operacionais positivos de 575.134,74 Euros e de resultados financeiros, igualmente positivos, de 33,76 Euros. Deste modo, o resultado líquido do exercício foi de 575.853,56 Euros, o que constituiu um valor que consolida a inversão de resultados obtidos a partir de 2014, ano este em que se rompeu com a tendência de resultados invariavelmente negativos do passado (em 2013, o prejuízo do exercício foi de 53.846,77 Euros, enquanto que em 2012 ascendeu a 303.562,84 Euros). O Gráfico 7, seguidamente reproduzido, resume a evolução verificada ao nível dos resultados líquidos dos cinco últimos exercícios.



Fonte: Produção própria

A formação dos Proveitos e Ganhos Operacionais aparece resumida no Quadro 12, incluído na página seguinte, podendo observar-se que, em termos estruturais, não se detetaram alterações

substantivas nos últimos anos, com as “Transferências e subsídios correntes” (60,8% em 2016 e 58,5% em 2015) e os “Impostos e taxas” (38,2% em 2016 e 40,4% em 2015), a evidenciarem conjuntamente uma incidência à volta de 99%.

Quadro 12
Proveitos e ganhos

Proveitos e ganhos	Ano 2016		Ano 2015		Ano 2014		Ano 2013	
	Valor €	%	Valor €	%	Valor €	%	Valor €	%
Vendas e prestações de serviços	46.875,07	0,7	42.961,10	0,7	136.219,36	2,2	109.455,34	1,8
Impostos e taxas	2.380.717,55	38,2	2.621.656,72	40,4	2.295.315,56	37,1	2.081.985,55	34,7
Transferências e subsídios correntes obtidos	3.785.023,00	60,8	3.796.240,16	58,5	3.728.160,13	60,3	3.784.157,89	63,1
Proveitos e ganhos financeiros	33,76	0,0	72,92	0,0	71,98	0,0	40,35	0,0
Proveitos e ganhos extraordinários	15.865,59	0,3	30.286,15	0,5	25.854,61	0,4	25.121,73	0,4
Proveitos e ganhos totais	6.228.514,97	100,0	6.491.217,05	100,0	6185621,64	100,0	6.000.760,86	100,0

Fonte: Produção própria

Passando aos custos e perdas (Quadro 13), os dados contabilísticos existentes apontam para um total de 5.652.661,41 Euros no ano de 2016, o que ficou aquém dos proveitos totais obtidos em 9,2%. Chama-se a atenção para a continuidade da inversão observada também para esta relação em relação aos anos de 2013 (os custos e perdas excederam em 0,9% os proveitos e ganhos) e de 2012 (superioridade de 5,7% também para os custos e perdas).

Quadro 13
Custos e Perdas

Custos e perdas	Ano 2016			Ano 2015			Ano 2014			Ano 2013		
	Valor €	%	% (a)	Valor €	%	% (a)	Valor €	%	% (a)	Valor €	%	% (a)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	77056,40	1,4	1,2	78.572,20	1,5	1,2	97025,31	1,7	1,6	102362,52	1,7	1,7
Fornecimentos e serviços externos	442735,95	7,8	7,1	391.138,11	7,3	6,0	432597,68	7,7	7,0	633772,3	10,4	10,6
Custos com o pessoal	4852925,02	85,9	77,9	4587559,68	86,2	70,7	4831533,57	85,7	78,1	4904666,78	81,0	81,7
Transferências correntes concedidas e prestações sociais	131910,40	2,3	2,1	153.076,60	2,9	2,4	121733,08	2,2	2,0	157007,25	2,6	2,6
Amortizações do exercício	53159,20	0,9	0,9	49.435,56	0,9	0,8	75951,80	1,3	1,2	120465,99	2,0	2,0
Provisões do exercício	53015,29	0,9	0,9	24.444,84	0,5	0,4	68233,66	1,2	1,1	70056,4	1,2	1,2
Outros custos e perdas operacionais	26678,62	0,5	0,4	7.379,57	0,1	0,1	7931,33	0,1	0,1	12728,64	0,2	0,2
Custos e perdas financeiras		0,0	0,0		0,0	0,0	129,59	0,1	0,0	777,99	0,0	0,0
Custos e perdas extraordinárias	15180,53	0,3	0,2	31.978,48	0,6	0,5	1,66	0,0	0,0	52769,76	0,9	0,9
Custos e perdas totais	5652661,41	100,0	90,8	5323585,04	100,0	82,0	5635137,68	100,0	91,1	6054607,63	100,0	100,9

Fonte: Produção própria

Com efeito, o quadro anteriormente apresentado, mostra a estrutura de custos para o último biénio, além de incluir a relação percentual face aos proveitos totais. Como decorre da sua leitura, os “custos com pessoal” (85,9% do total no final de 2016) e os “fornecimentos e serviços externos” (7,8% do total no final de 2016) constituíram as rubricas determinantes no total.

Por outro lado, os “fornecimentos e serviços externos” aumentaram 13,2% em relação ao ano anterior, mantendo-se, contudo, num patamar ainda inferior ao verificado em 2013.

3.3.2. BALANÇO

A síntese das principais rubricas do Balanço surge devidamente refletida no Quadro 14, abaixo reproduzido. A estrutura encontra-se evidenciada em relação ao Ativo Total (100,0%), destacando-se desde já, o facto de em 2016, o Ativo se ter superiorizado ao Passivo, num excedente de 48,0%, ou seja, superior ao observado em 2015 (38,2%), ano este que quebrou a série de resultados numa lógica absolutamente inversa. Trata-se de uma situação que evidencia o saneamento financeiro introduzido nas contas da Escola nos três últimos anos e que alterou completamente o quadro desequilibrado das contas da instituição.

Quadro 14
Rubricas do Balanço

Rubricas do Balanço	Ano 2016		Ano 2015		Ano 2014		Ano 2013	
	Valor €	%	Valor €	%	Valor €	%	Valor €	%
Ativo Imobilizado	167731,51	4,7	191049,68	6,3	127304,58	6,1	159500,62	11,5
Ativo circulante	3424622,64	95,3	2817999,53	93,7	1968463,11	93,9	1231277,55	88,5
Ativo Total	3592354,15	100,0	3009049,21	100,0	2095767,69	100,0	1390778,17	100,0
Passivo de Curto Prazo	1868437,85	52,0	1860986,47	61,8	2117074,05	101,0	1962568,49	141,1
Passivo de Médio e Longo Prazo		0,0		0,0		0,0		0,0
Passivo Total	1868437,85	52,0	1860986,47	61,8	2117074,05	101,0	1962568,49	141,1
Fundos Próprios	1723916,30	48,0	1148062,74	38,2	-21306,36	-1,0	-571790,32	-41,1

Fonte: Produção própria

Os Fundos Próprios refletem a diferença entre o que a Escola tem e o que deve a terceiros em determinado momento. Ao longo do tempo, os Fundos Próprios são influenciados por vários fatores, como os resultados obtidos pela instituição, as reavaliações do imobilizado, entre outros, mas a sua expressão negativo deve ser entendida como um sinal de alerta que interessa inverter. Nesse sentido, os Fundos Próprios atingiram, em 2015, o valor positivo de aproximadamente 1148,1 mil Euros, rompendo com os valores negativos do passado; em 2016, esta situação foi amplamente consolidada, com os fundos próprios a revelarem uma expressão próxima dos 1723,9 mil Euros.

Passando à desagregação do Ativo, importa enfatizar que no final de 2016, a sua expressão líquida cifrava-se 3.592.354,15 Euros, como resultado da diferença entre o seu valor bruto de 6.381.956,00 Euros e o valor das amortizações acumuladas, no montante de 2.789.601,85 Euros (ver Quadro 15, na página seguinte).

Quadro 15
Balço – Principais rubricas do Ativo

Ativo	Ano 2016			Ano 2015		
	Valores Brutos	Amort./Prov.	Ativo Líquido	Valores Brutos	Amort./Prov.	Ativo Líquido
Imobilizado						
Imobilizações Incorpóreas						
Propriedade Industrial e outros direitos	198880,90	198880,90		198880,90	198880,90	
Imobilizações Corpóreas						
Equipamento e material básico	896321,30	821027,35	75293,95	899672,60	824650,72	75021,88
Equipamento de transporte	36446,41	36446,41		36446,41	36446,41	
Equipamento administrativo	1303249,78	1210812,22	92437,56	1404607,66	1288579,86	116027,80
Outras Imobilizações Corpóreas	47127,08	47127,08		47460,53	47460,53	
				2388187,20	2197137,52	191049,68
Circulante						
Existências	3042,09		3042,09	1889,44		1889,44
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo						
Dívidas de terceiros - curto prazo						
Clientes C/C	5297,40		5297,40			
Alunos C/C	1385851,51		1385851,51	1354519,23		1354519,23
Clientes, alunos e utentes de cobrança duvidosa	475307,89	475307,89		422292,60	422292,60	
Outros devedores						
	1866456,80	475307,89	1391148,91	1776811,83	422292,60	1354519,23
Conta no Tesouro	1881529,96		1881529,96	1352951,08		1352951,08
Depósitos em Instituições Financeiras	62488,79		62488,79	59897,12		59897,12
Caixa	3532,00		3532,00	3532,00		3532,00
Acréscimos e Diferimentos						
Custos Diferidos	82880,89		82880,89	45210,66		45210,66
Total do Ativo	6381956,00	2789601,85	3592354,15	5827360,23	2818311,02	3009049,21

Fonte: Produção própria

Para melhor visualização do peso das várias rubricas do ativo, chama-se a atenção para o Quadro 16, reproduzido na página seguinte, o qual contém o resumo da estrutura percentual, em 31 de dezembro, para os dois últimos anos.

Saliente-se que o Ativo Circulante representou 38,8% do total em 2016, o que proporcionou uma redução face aos valores detetados nos dois anos precedentes (45,1% em 2015 e 66,5% em 2014). Em contrapartida, e como corolário do saldo orçamental registado, os depósitos em instituições financeiras subiram fortemente a sua incidência no total (54,2% contra 47,1% em 2015 e 26,6% em 2014).

Por outro lado, o valor das dívidas de alunos ascendeu a 1.385.851,25 Euros no final de 2016, revelando uma subida de 31.332,28 Euros face ao montante contabilizado no final de 2015 (1.354.519,23 Euros).

Quadro 16
Desagregação do Ativo Líquido (%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Imobilizado	4,7	6,4	6,1	11,5	12,7
Imobilizações Incorpóreas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3
Propriedade Industrial e outros direitos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3
Imobilizações Corpóreas	4,7	6,4	6,1	11,5	12,4
Equipamento e material básico	2,1	2,4	3,9	7,7	6,7
Equipamento de transporte	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Equipamento administrativo	2,6	3,9	2,2	3,8	5,7
Outras Imobilizações Corpóreas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Circulante	38,8	45,1	66,5	88,5	87,3
Existências	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0
Clientes C/C	0,2	0,0	3,5	1,0	1,0
Alunos C/C	38,5	45,0	62,9	83,4	77,7
Clientes, alunos e utentes de cobrança duvidosa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros devedores	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Depósitos em Instituições Financeiras (*)	54,2	47,1	26,6	3,1	7,6
Acréscimo de proveitos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Custos Diferidos	2,3	1,5	0,8	1,0	1,0
Total do Ativo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(*) - Inclui a Conta no Tesouro e o valor de Caixa.

Fonte: Produção própria

Ainda no que respeita às dívidas dos alunos, esclareça-se que o montante atrás referido não é contraditório com as verbas atrás inclusas no Quadro 10 e que se reportavam às dívidas recuperadas até ao final do ano letivo 2014/15 no montante de 11,2 milhares de Euros. Com efeito, nesta rubrica do ativo ("Alunos, c/c"), consideram-se além do montante global das dívidas acumuladas até ao ano letivo 2015/16, as dívidas decorrentes do ano letivo 2016/17 e que deviam ter sido vencidas até 31/12/2016, mais os montantes das propinas ainda não vencidas em 2016 e respeitantes ao ano letivo em curso.

Entrando na análise do Passivo, pode-se constatar atingiu o quantitativo global de 1.868.437,85 Euros no final de 2016, o que originou uma subida inexpressiva de 0,4% em relação ao valor registado no final de 2015 (1.860.986,47 Euros).

Por outro lado, e tal como evidencia o Quadro 17, reproduzido na página seguinte, a ESHTe não possuía no final de 2016, tal como nos dois anos precedentes, qualquer dívida a terceiros com exigência de curto, médio ou longo prazo, o que constitui um fato relevante em termos da própria imagem da instituição.

Quadro 17
Balanço – Principais rubricas do Passivo

Passivo	Ano 2016		Ano 2015		Ano 2014		Ano 2013	
	Valor €	%	Valor €	%	Valor €	%	Valor €	%
Fornecedores C/C								
Fornecedores de Imobilizado C/C								
Estado e Outros Entes Públicos	318,31*	0,0	10,52*	0,0	2300*	0,1		
Outros credores								
Acéscimos e diferimentos								
Acéscimo de Custos	684577,26	36,6	654810,18	35,2	643820,87	30,4	623182,01	31,8
Proveitos Diferidos	1183542,28	63,3	1206165,77	64,8	1470953,18	69,5	1339386,48	68,2
	1868119,54	100,0	1860975,95	100,0	2114774,05	99,9	1962568,49	100,0
Total do Passivo	1868437,85	100,0	1860986,47	100,0	2117074,05	100,0	1962568,49	100,0

Fonte: Produção própria

Na estrutura do Passivo releva-se igualmente a rubrica “Acréscimo de Custos”, no montante de 684.577,26 Euros em 31/12/2016 (36,6% do total), e que se reporta sobretudo a encargos com remunerações futuras a liquidar, tal como estabelece o POC-Educação.

Por outro lado, os “Proveitos Diferidos”, no montante de 1.183542,28 Euros em 31/12/2016, dizem respeito sobretudo ao diferimento do valor relativo a propinas para o ano letivo 2016/17, na proporção que respeita ao ano de 2017.

Termina-se a presente análise com a apreciação de um conjunto de rácios que permitem complementar a avaliação da situação da ESHTe em termos de rendibilidade, endividamento, autonomia financeira, solvabilidade e liquidez. Contudo, deve-se ter sempre presente que este exercício tem limitações que derivam do facto de a Escola pertencer ao sector público, possuindo especificidades muito próprias enquanto instituição do ensino superior politécnico.

Neste contexto, a instituição não se rege por objetivos associados à maximização de lucros como numa empresa privada, devendo o seu desempenho pautar-se por critérios associados à qualidade da prestação subjacente ao seu desempenho, tendo sempre como referencial a defesa do interesse público e a correta gestão dos meios financeiros que lhe são atribuídos.

Esta ressalva justifica a possibilidade de se obterem valores menos comuns para os rácios trabalhados, o que não invalida que, em termos evolutivos, se possam extrair conclusões com significado. Tendo sempre presente esta nota, selecionaram-se os indicadores que constam do Quadro 18 (incluído na página seguinte) e que se reportam aos últimos seis anos.

Quadro 18
Indicadores económico-financeiros

	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Rácios de Rentabilidade						
Rentabilidade do volume de negócios	24%	44%	23%	-2%	-13%	-23%
Rentabilidade do ativo total	16%	39%	26%	-4%	-19%	-30%
Rácios de Endividamento						
Rácio de endividamento geral	52%	62%	101%	141%	132%	112%
Rácios de endividamento de curto prazo	52%	62%	101%	141%	132%	112%
Outros Rácios						
Rácio de Autonomia Financeira	48%	38%	-1%	-41%	-32%	-12%
Rácio de Solvabilidade	92%	62%	-1%	-29%	-24%	-10%
Rácio de Liquidez Geral	183%	151%	93%	63%	66%	74%

Fonte: Produção própria

Como nota geral, saliente-se a melhoria evidenciada para os rácios de autonomia financeira, de solvabilidade, de liquidez geral e de endividamento em 2016, tomando como base de comparação os valores homólogos dos cinco anos anteriores.

No caso dos rácios de rentabilidade, observa-se que passaram nos últimos três anos a ter uma expressão positiva, sendo evidente o corte com os resultados negativos do passado. Por outro lado, os rácios de endividamento deixam transparecer uma situação ainda mais favorável em 2016, com os capitais alheios a representarem apenas 52% dos valores do total do ativo, contra 62% em 2015.

Finalmente, os rácios de autonomia financeira e de solvabilidade revelaram, em 2016, valores mais favoráveis do que os observados em 2015, o que evidencia uma estabilidade financeira acrescida da Escola. Tal como mostra o Quadro 18, no período 2011/14, a ESHTe não possuía ativos líquidos suficientes para fazer face às responsabilidades de curto prazo, tendo esta situação sido totalmente invertida.